

TRT-PR vive momento histórico em seus 33 anos, com a presença do presidente da República



Correição do TST



7ª VT de Londrina



Nesta Edição

- Posse de juízes titulares e substitutos *p. 2*
- Semana de Conciliação de 14 a 18 de setembro *p. 3*
- Instalação da 22ª e 23ª VTs de Curitiba *p. 5*

Cinco juízes titulares e 13 substitutos tomam posse na JT do Paraná

Flaviane Galafassi e Jussara Elisa

Cerimônia de posse de cinco juízes titulares e 13 substitutos marcou a tarde de 25 de setembro, no TRT do Paraná.

Os juízes titulares assumirão as Varas do Trabalho de Santo Antônio da Platina (James Josef Szpatowski), Palmas (Rosângela Vidal), Paranavaí (Carlos Augusto Penteadado Conte), 3ª de Cascavel (Flávia Teixeira de Meiroz Grilo) e 3ª de Foz do Iguaçu (Angélica Candido Nogara Slomp).

Os novos juízes substitutos Camila Gabriela Greber Caldas, Sandro Antonio dos Santos, Erika Silva Boquimpani, Roberto Dala Barba Filho, Mariana Antunes da Cruz Laus, Walter Rosati Vegas Junior, Milena Barreto Pontes Sodré, João Forte Júnior, Viviany Aparecida Carreira Moreira, Mariana Philippi de Negreiros, Samantha Alves Roder, Ana Paula Keppeler Fraga e Adriel Pontes de Oliveira atuarão nas varas do trabalho existentes no Paraná. Os substitutos foram aprovados no último concurso público de provas e títulos para a magistratura.

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, enfa-



A posse dos cinco juízes titulares e 13 substitutos ocorreu no dia 25 de setembro

tizou a importância do ato, uma vez que celebra a experiência de juízes que se dedicam há mais de uma década à Justiça do Trabalho do Paraná e também a vitória dos que disputaram concorrido concurso com mais de dois mil candidatos.

Também durante a cerimônia de posse foram homenageados os desem-

bargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão e Arion Mazurkevic, a juíza Suely Filippetto e 36 servidores que completaram 25 anos de serviço na Justiça do Trabalho do Paraná.

Ao final da cerimônia houve coquetel oferecido pela Caixa Econômica Federal e pela Amatra-IX. ■



Desembargadora presidente
Rosalie Michaela Batista



Procurador-chefe Ricardo Bruel
da Silveira (PRT-9ª)



Juiz Carlos Conte, que falou pela
Amatra-IX e pelos titulares



Juíza Camila Caldas, cujo discurso foi
em nome dos novos substitutos

NONA

Publicação mensal do TRT-PR. **Presidente:** Desembargadora Federal Rosalie Michaela Bacila Batista. **Vice-Presidente e Ouvidor-Geral:** Desembargador Federal Luiz Eduardo Gunther. **Corregedor Regional:** Desembargador Federal Ney José de Freitas. **Diretor-Geral:** Vanderlei Crepaldi Peres. **Secretária-Geral da Presidência:** Eliane Márcia Brito. **Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e Seção Especializada:** Ana Cristina Navarro Lins.

Assessora de Comunicação Social e Jornalista Responsável: Jussara Elisa (MTB 2440/PR). **Assessora de Imprensa:** Flaviane Galafassi. **Redação:** Flaviane Galafassi, Jussara Elisa e Rossana Tuoto. **Fotografia:** Inara Passos, Jussara Elisa, Luiz Munhoz, Thyrsa Wolk, arquivo TRT-PR e divulgação. **Revisão:** César Caldas, Irene Ploker, Jussara Elisa, Rose Montes e Rossana Tuoto. **Diagramação:** Joel Gogola. **Tiragem:** 500 exemplares. **Impressão:** Gráfica Radial Ltda.

Sugestões e opiniões para o NONA: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Av. Vicente Machado, 147 - 6º andar - Curitiba - Paraná Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171 - ascom@trt9jus.br

TRT do Paraná participa da Semana Nacional de Conciliação

Flaviane Galafassi e Jussara Elisa

A abertura da Semana Nacional de Conciliação - Meta 2 no Paraná, realizada de 14 a 18 de setembro em todo o país, ocorreu no Tribunal de Justiça, com a presença do corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, e da presidente da comissão que coordena o Movimento Nacional de Conciliação, juíza do trabalho e conselheira do CNJ Morgana de Almeida Richa. O Tribunal do Trabalho da 9ª Região foi representado pelo vice-presidente, desembargador Luiz Eduardo Gunther.

Segundo a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, "a Justiça do Trabalho tem em seu DNA a conciliação, tanto é que suas varas nasceram como junta de conciliação e julgamento. Por isso, é importante ressaltar que realizar a conciliação, muito mais que uma medida para concluir os processos, é priorizar o valor de pacificação social que é obtida quando há acordo entre as partes".

■ A SEMANA NA 9ª REGIÃO

Durante a semana tramitavam na Justiça do Trabalho do Paraná cerca de 500 processos protocolados nas varas do trabalho até dezembro de 2005, sendo metade na capital. As audiências ocorreram nas VTs de todo o Estado, conforme agenda de cada unidade. Em Curitiba, foram realizadas também no Juízo Auxiliar de Conciliação de 1º Grau (JAC1), criado para intensificar as tentativas de acordo nos processos trabalhistas de primeiro grau.

Foram realizadas 165 audiências, com baixo número de acordos. Segundo o coordenador, juiz Daniel Roberto de Oliveira, a impossibilidade de maior número de conciliações durante a semana deve-se ao perfil dos processos que estavam em

pauta, que deram entrada anteriormente a dezembro de 2005. "Essas ações, em sua maioria, já não tinham sido concluídas devido à complexidade das matérias e de circunstâncias processuais. Muitas dependem de perícia, ou estão vinculadas a questões de Direito e, por isso, sobem para o Tribunal Superior do Trabalho, ou, ainda, aguardam a solução de ações anteriores", explicou. De acordo com o juiz, "a realização da semana é importante para levar à sociedade o espírito da conciliação e sua importância como modo de solução de litígios".

■ DESEMBARGADORES NO JAC1

Os desembargadores do Tribunal atuaram na semana, presidindo audiências realizadas no Juízo Auxiliar de Conciliação de 1º Grau (JAC1), em Curitiba, onde foram agendadas 150 audiências na semana de 14 a 18.

"Essa colaboração dos desembargado-



Desembargadores Ney José de Freitas e Márcio Dionísio Gapski no Juízo Auxiliar de Conciliação de 1º Grau, durante audiências de conciliação

res demonstra o apreço que temos pela conciliação, pois ela acaba de vez com o litígio. A atuação do JAC1 é frequente em todo o ano, elevando sempre o espírito conciliatório desta Justiça Trabalhista", lembrou o corregedor regional da Justiça do Trabalho do Paraná, desembargador Ney José de Freitas. Além dele, participaram os desembargadores do TRT-PR Márcio Dionísio Gapski e Ricardo Tadeu Marques da Fonseca. ■



Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (sentado à direita) durante audiência de conciliação no JAC 1



Reuniões explicam o processo eletrônico na Justiça do Trabalho do Paraná



Juiz Bráulio Gusmão em apresentação do processo eletrônico para advogados, peritos e leiloeiros

Rossana Tuoto

Durante o mês de setembro, no auditório da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, foram realizadas apresentações sobre o processo eletrônico a advogados, peritos e leiloeiros.

O magistrado Bráulio Gabriel Gusmão, juiz auxiliar da Presidência do Tribunal e responsável pelo projeto de implantação das varas com funcionamento eletrônico, reuniu o público interessado em duas ocasiões.

Na primeira exposição, em 10 de setembro, compareceram cerca de 80 pes-

soas. Já na segunda, em 28 de setembro, foram 100 pessoas.

O juiz Bráulio apresentou vídeo explicativo com duração de sete minutos, produzido pela Assessoria de Comunicação Social do TRT. Também reportou-se à página inicial do site do Tribunal, onde, em ícone próprio sobre o processo eletrônico, o usuário tem acesso aos serviços, regulamentação, dúvidas frequentes e formulário para o envio, tanto de sugestões ou elogios, como para críticas ou reclamações. Esclareceu que o objetivo maior é a mudança de cultura, onde a motivação é a perspectiva da

justiça célere, da economia para o Poder Público, partes e advogados, bem como a preservação do meio ambiente, uma vez que o papel gradativamente deixará de ser utilizado.

Na exposição de 28 de setembro, ressaltou a intensa adesão dos advogados do Paraná à certificação digital, lembrando das vantagens da assinatura eletrônica, como o peticionamento 24 horas, consulta ao processo via internet e agilidade nos demais trâmites processuais na Justiça do Trabalho. O advogado André Olsemann, que compareceu à primeira exposição, achou muito válida a iniciativa do Tribunal e destacou que é também na prática que as dúvidas irão surgindo e sendo sanadas ao longo do tempo, uma vez que é o processo natural de toda mudança significativa. Já para a advogada Maria Jaqueline Klingenfus, participante do segundo encontro, "a instalação das varas com funcionamento eletrônico, sem dúvida, é o alcance de mais praticidade, possibilitando economia de tempo e dinheiro".

Após as exposições, o juiz Bráulio Gusmão sempre disponibiliza tempo para o público sanar as eventuais dúvidas existentes. A terceira exposição foi agendada para 5 de outubro, com prévias inscrições pela internet. ■

Realizada a primeira audiência na 21ª VT de Curitiba com processo eletrônico

Rossana Tuoto

Um marco histórico na Justiça do Trabalho do Paraná deu-se em 21 de setembro, às 14h11min, quando foi aberta a primeira audiência em processo eletrônico na primeira vara com funcionamento eletrônico - a 21ª da capital.

A audiência inicial, presidida pela juíza substituta Patrícia Tostes Poli, foi realizada provisoriamente na 17ª Vara do Trabalho de Curitiba em sala cedida para tal fim.

Ficou consignada em ata da audiência a presença do juiz do trabalho Cássio Colombo Filho, titular da vara, afastado

por convocação para atuar na 3ª Turma do Tribunal. O magistrado requereu que fosse registrada a oração do salmista: - "O Senhor guardará tua entrada e a tua saída, desde agora e para sempre" (Salmo 121:8), invocando as bênçãos de Deus sobre aquela unidade judiciária para que todos os seus integrantes e partes por ela atendidas fossem realmente abençoados, sendo conhecida como uma casa de justiça". Também foi registrada a presença do juiz Bráulio Gabriel Gusmão, titular da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, responsável pelo projeto de implantação das varas com



Juízes Patrícia Poli e Cássio Colombo Filho durante a primeira audiência na 21ª Vara do Trabalho de Curitiba

funcionamento eletrônico.

A recém-criada Seção de Gestão Documental, subordinada ao Serviço de Distribuição dos Feitos de Primeira Instância, foi mencionada, já que a petição inicial e documentos apresentados quando da distribuição foram devolvidos à parte reclamante, após serem digitalizados por essa seção. Da mesma forma, os documentos juntados pela parte reclamada, serão conferidos e digitalizados.

A diretora de secretaria, Tania Hoffmann da Silva, informou que entraram em pauta naquele dia sete processos. As audiências iniciais prosseguiram de segunda a quinta-feira daquela semana e da seguinte. Após breve intervalo, serão retomadas em novembro, já em endereço definitivo (10º andar do prédio anexo do Fórum Trabalhista da capital).

O juiz Bráulio concluiu que a Justiça do Trabalho do Paraná, mais uma vez, cami-

nhou ao encontro das metas 7 e 10 propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, que deverão ser cumpridas por todos os Tribunais do país, ou seja, "tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça" e "implantar o processo eletrônico em parceria de suas unidades judiciárias".

Instaladas em Curitiba as 22ª e 23ª Varas

Flaviane Galafassi

Foram inauguradas, em 18 de setembro, duas novas unidades judiciárias, que adotam o processo eletrônico: as 22ª e 23ª Varas do Trabalho de Curitiba. A instalação ocorre menos de um mês após a da 21ª VT de Curitiba, pioneira no Judiciário Trabalhista do Paraná no uso dessa tecnologia.

Para as novas varas serão distribuídos somente processos novos protocolados no Serviço de Distribuição dos Feitos de 1º Grau. As petições e os documentos ainda recebidos em papel são digitalizados, para que o processo tramite apenas em meio eletrônico. Para atuar nessas unidades, os profissionais de advocacia precisam de certificação digital. Aqueles que não possuem assinatura eletrônica podem atuar nos processos, porém sem as vantagens que o sistema proporciona, como peticionamento 24 horas e consulta via internet.

"O processo eletrônico contribui para o cumprimento do dispositivo da Constituição que trata da obrigação do Judiciário de oferecer prestação jurisdicional célere", enfatizou o vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desem-



Autoridades presentes à cerimônia de instalação das 22ª e 23ª Varas do Trabalho de Curitiba

bargador Luiz Eduardo Gunther, durante a cerimônia.

Ele lembrou recentes conquistas do TRT do Paraná, que serão históricas para o Regional, inclusive a ampliação do cumprimento da meta 10 do Conselho Nacional de Justiça: "Instalar essas duas Varas empresta ainda maior brilho a esta semana tão importante para o tribunal dos trabalhadores e dos empreendedores do Paraná. É a reafirmação, que fazemos a cada dia, do compromisso que

temos com uma entrega célere e qualificada da jurisdição. Uma entrega que se dá com economia de tempo e de recursos para as partes, advogados e aparelho estatal, com preservação do meio ambiente e condições melhores de trabalho para juízes e servidores", concluiu.

A Caixa Econômica Federal custeou as obras de reforma das instalações das unidades judiciárias. Ao final da cerimônia foi servido coquetel patrocinado pela instituição bancária.



A titular da 22ª VT de Curitiba, juíza Cláudia Cristina Pereira, e o vice-presidente do TRT, desembargador Luiz Eduardo Gunther, desençaram a fita inaugural da 22ª VT



O titular da 23ª VT de Curitiba, juiz Ney Olivé Malhadas, e a procuradora do trabalho Eliana Lucina (PRT 9ª Região) desençaram a fita inaugural da 23ª VT

TRT-PR instala 7ª Vara do Trabalho de Londrina e celebra aniversário



Magistrados Mauro Paroski, Arnor Lima Neto, Sérgio Lemos e Manoel Branco



Deputado federal Luiz Haulny e os desembargadores Luiz Gunther e Ney Freitas

Flaviane Galafassi

Foi instalada, em 21 de setembro, a 7ª Vara do Trabalho de Londrina. A solenidade contou com a presença de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, juízes, procuradores do trabalho, advogados, servidores e autoridades da região. A nova unidade, 86ª de primeiro grau no Paraná, foi a última das 25 autorizadas pela Lei 10.770/2003 para o Estado.

“A planta da jurisdição trabalhista deste Norte Novo, em seu conjunto, forma hoje uma rede que nada deve às maiores capitais, pois à base das unidades de Londrina se acrescem as Varas de

Cambé, Rolândia e Porecatu, somando agora 10 portas da Justiça Social abertas ao jurisdicionado da região londrinense”, enfatizou o presidente em exercício do TRT-PR, desembargador Luiz Eduardo Gunther. O magistrado lembrou, em seu pronunciamento, que a instalação da 7ª Vara é um reconhecimento “à pujança econômica, ao movimento processual e à importância política e social da cidade”. Em seguida, acrescentou que, à exceção de Campinas e cidades das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, Londrina passa a ser a cidade do interior com o maior número de varas trabalhistas do país, superando inclu-

sive municípios de outros Estados com população superior, como Uberlândia, Ribeirão Preto, Juiz de Fora, São José dos Campos, Sorocaba e Feira de Santana.

Segundo o titular da 7ª Vara do Trabalho de Londrina, juiz Mauro Vasni Paroski, são protocolados no fórum trabalhista local cerca de 10 mil novos processos por ano. “O funcionamento de mais uma unidade em Londrina proporcionará maior rapidez no julgamento dos processos, uma vez que haverá uma redução de aproximadamente 20% no número de processos protocolados em cada vara, permitindo maior celeridade”, informou.



Juizes e desembargadores presentes ao ato de instalação da 7ª Vara do Trabalho de Londrina



Apresentação da Oficina de Taiko (tambor japonês), da Escola Megumi, regida pelo professor Rodrigo Sakuma



Orquestra Sinfônica da Universidade Estadual de Londrina, sob regência da maestrina Elena Herrera

■ ANIVERSÁRIO DO TRT

Após a cerimônia de instalação da nova vara trabalhista, o Tribunal Regional do Trabalho celebrou, em Londrina, seu 33º aniversário, com evento cultural e artístico. A programação contemplou

apresentações da solista Alexandra Banachi, interpretando os hinos Nacional e de Londrina; da Orquestra Sinfônica da Universidade Estadual de Londrina, sob regência e direção artística da maestrina cubana Elena Herrera; e de per-

cussionistas mirins da Oficina de Taiko da Escola Megumi, regidos pelo professor Rodrigo Sakuma.

O apoio cultural do evento foi da Associação dos Magistrados do Trabalho IX e da Caixa Econômica Federal. ■

Fórum nacional de responsabilidade social e sustentabilidade

Jussara Elisa

Fórum Responsabilidade Social & Sustentabilidade

Cidadania e Justiça

O TRT do Paraná realizará evento nacional sobre o tema "Responsabilidade Social e Sustentabilidade - Cidadania e Justiça", no Hotel Deville-Rayon, em Curitiba, de 19 a 21 de outubro. O fórum está sendo organizado pela Comissão de Responsabilidade Social. O objetivo é promover reflexões no tocante à

responsabilidade socioambiental, com cerne na construção da cidadania, e propiciar ao público presente palestras que versarão sobre as metas do milênio, sustentabilidade e inclusão social.

A Caixa Econômica Federal e a Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra) patrocinam o evento.

A política ambiental da Caixa faz parte do Projeto Corporativo de Responsabilidade Social, que busca desenvolver a cultura organizacional de sustentabilidade e adotar um comportamento

proativo junto aos empregados, clientes, fornecedores e parceiros da instituição bancária.

A Caixa oferece diversos produtos e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, reduzindo impactos sobre o meio ambiente. Ao financiar e repassar recursos para saneamento ambiental, infraestrutura, habitação e ações socioambientais para a comunidade, a instituição bancária promove o Desenvolvimento Sustentável e contribui para o alcance das metas nacionais dos "Objetivos do Milênio". ■

XII Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários do TRTs

Flaviane Galafassi

O TRT-PR será sede do XII Encontro Nacional de Diretores e Secretários Judiciários dos Tribunais do Trabalho, de 18 a 20 de novembro, em Curitiba. O evento estará voltado à troca de experiências entre os tribunais e às discussões de estratégias de atuação da Justiça do Trabalho. Os debates versarão sobre novas

tecnologias e sustentabilidade.

"O judiciário está vivendo um momento de transformação. Estamos mi-
grando do papel para a era digital; da solução imediata dos problemas para o planejamento estratégico, evitando desta forma que eles ocorram. Essas mudanças significam evolução na prestação dos serviços públicos e serão

abordadas no encontro com um público formado por agentes transformadores desse judiciário e que, por isso, devem estar preparados e saber preparar as suas equipes e o público externo para essas transformações", explica a secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial e da Seção Especializada, Ana Cristina Navarro Lins. ■

TRT-PR celebra 33 anos com ratificação da posse do desembargador Ricardo



A partir da esquerda, a subprocuradora-geral do Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gurgel; o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva; a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Batista; o vice-governador do Paraná, Orlando Pessutti; e o vice-presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, saudando o empossado

Flaviane Galafassi

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná viveu momento histórico, em 17 de setembro, na comemoração de seus 33 anos, ao ratificar a posse do primeiro magistrado cego do Judiciário brasileiro. O evento, que contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi marcado pela emoção.

O Grupo Vocal do Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná, sob a regência do maestro An-

derson Nascimento, entoou o Hino Nacional Brasileiro.

“Em primeiro lugar, parabéns ao Tribunal Regional do Trabalho pelos 33 anos de existência e de luta. E parabéns também por tornar-se o primeiro tribunal do Brasil a ter em seus quadros um juiz com deficiência visual. Estou certo de que, a partir de hoje, contando com a sensibilidade de alguém que perdeu a visão, mas não a capacidade de enxergar a verdade e a justiça, as decisões deste TRT

hã de ser ainda mais sábias”, disse o presidente Lula em seu discurso.

O presidente enfatizou a história de superação do desembargador: “A posse do desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca é, antes de tudo, a vitória individual de alguém que, muito cedo, aprendeu a transpor barreiras injustas. Mas é também a vitória de cada brasileiro e brasileira portador de deficiência. É a prova definitiva de que é possível ultrapassar os limites e limitações, muitos deles impostos pelo preconceito”.

A presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, lembrou em seu discurso

as histórias de superação do presidente e do novo desembargador. “Ambos são inspiradores na sua fé e na sua trajetória de vida. Seus caminhos convergiram, na noite de hoje, para um encontro nesta Casa de Justiça, que sabemos abençoada. Um encontro feliz, que tem a marca da superação. O presidente Lula, de Garanhuns a Santos; o dr. Ricardo Tadeu, da infância difícil ao Largo São Francisco. O presidente Lula, das lides sindicais em São Bernardo do Campo ao Congresso Nacional Constituinte; o dr. Ricardo, da rejeição em um concurso para a magistratura à aprovação meritória em outro, no Ministério Público. Por fim, o dr. Ricardo, da Pro-



A ex-presidente do TRT-PR Wanda Santi Cardoso da Silva, após ser homenageada pelo TRT-PR, Amatra-IX e Sinjutra



curadoria a este Tribunal. O presidente Lula, dos desafios de um primeiro mandato à superação de um período de crise mundial, reconhecido como estadista por seus pares no conjunto das nações. A luta incessante de homens como estes faz jus às palavras de Martin Luther King, para quem a fé consiste exatamente em pisar no primeiro degrau, mesmo que você não veja a escada inteira”, enfatizou a presidente.

Emocionado, o novo desembargador do TRT-PR disse que “o Brasil está construindo, nos últimos 20 anos, uma democracia sólida, plural, que respeita a cidadania e a dignidade da pessoa humana. E isso é o que se consagra hoje. Essa vitória não é minha, é do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, é dos procuradores do trabalho, é do presidente da República, é do povo brasileiro”.

■EVENTO

Participaram da solenidade cerca de 200 pessoas, entre magistrados, servidores e autoridades. Compuseram a mesa, além dos presidentes da República e do TRT-PR, a subprocuradora-geral do Ministério Público do Trabalho, Maria Aparecida Gurgel, o vice-governador, Orlando Pessuti, e o vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen.



Autoridades e desembargadores do TRT da 9ª Região durante a solenidade histórica do dia 17 de setembro

Durante a solenidade, a esposa do novo desembargador, Suzana Maria Assumpção Silva Marques da Fonseca, vestiu a toga. Também como manda a tradição, a desembargadora Neide Alves dos Santos, magistrada de posse imediatamente anterior, falou em nome dos integrantes do Tribunal e da Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região. “A nomeação hoje celebrada soma-se às demonstrações inequívocas, em anos recentes, da política pública que universaliza o conceito de pleno acesso dos cidadãos ao Poder Judiciário. Não apenas no direito de exercício da ação, mas também no compromisso

garantidor do acesso igualitário e da integração ao aparelho estatal formador da jurisprudência brasileira. O sensível tema dos direitos fundamentais, subsidiado pelo norte da igualdade, ultrapassa, assim, os discursos políticos ou teóricos e se efetiva na realidade institucional. A simbologia deste ato solene, mais que ratificar a posse, consubstancia a convicção na grandeza da ordem jurídica democrática”, disse.

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 9ª Região, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná e o Banco do Brasil forneceram apoio cultural ao evento. ■



Familiares, convidados do empossado, juízes titulares e substitutos

Relatório da correição aponta TRT do Paraná como célere e inovador

Flaviane Galafassi

Rapidez no julgamento dos processos, redução do resíduo processual (diferença entre o número de processos julgados e recebidos) e implantação do processo eletrônico em três varas do trabalho de Curitiba foram algumas das iniciativas apontadas como exemplares pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro do TST Carlos Alberto Reis de Paula, na ata de correição apresentada, em 2 de outubro, no Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, em Curitiba. A correição é o ato de verificar o andamento dos serviços prestados pela Justiça e é realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito dos tribunais regionais (segundo grau) e pelo corregedor regional, nas varas do trabalho (primeiro grau).

“O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região se caracteriza pela excelência. É um Tribunal que superou a si mesmo pela evolução que apresenta, não só nas estatísticas, mas pelos valores humanos e éticos de suas decisões”, disse o corregedor.

Ele destacou a atuação da Escola Judicial do TRT do Paraná, que permanentemente oferece cursos e palestras para magistrados, servidores e outros operadores do Direito. Enfatizou o pioneirismo do Tribunal do Paraná na área de informática, que tem atuado no desen-



Desembargadores do TRT do Paraná junto com o ministro corregedor Carlos Alberto Reis de Paula

volvimento de projetos de modernização do Judiciário, como a implantação do processo eletrônico, realização de sessões por videoconferência e desenvolvimento de programas que auxiliam os juízes na elaboração de sentenças e acórdãos.

Entre as iniciativas relevantes encontradas no TRT-PR, o ministro citou ainda a criação de um setor próprio destinado à digitalização dos processos que são remetidos ao TST, os bons resultados na Semana de Conciliação, a utilização do sistema Bacenjud, a adoção de postura criteriosa quanto ao vitaliciamento dos magistrados, a fixação de projetos e metas a serem alcançadas com a ela-

boração do planejamento estratégico, a qualidade dos despachos nos recursos enviados ao Tribunal Superior do Trabalho e as medidas voltadas à qualidade de vida dos servidores e magistrados.

“O exíguo prazo utilizado para julgamento dos recursos pelo Tribunal demonstra o elevado grau de responsabilidade dos juízes da Corte e a preocupação pela entrega da jurisdição de forma célere e eficiente”, apontou o ministro na ata de correição, ao elencar as iniciativas relevantes do TRT-PR.

Embora seja o sexto Tribunal em movimentação processual do Brasil, informa o ministro, o tempo de tramitação de um processo em grau recursal no Paraná é pequeno. A média é de quatro meses de tramitação entre a autuação do recurso e seu julgamento.

Os programas de gestão documental, gestão ambiental e os dirigidos à saúde dos servidores foram elogiados na ata de correição, bem como os projetos em desenvolvimento que vão ao encontro do planejamento estratégico do TRT-PR. O ministro fez menção ainda à Ouvidoria do órgão, que tem aproximado o Tribunal da sociedade, recebendo reclamações e sugestões.

Dentre as recomendações decorrentes da correição, o ministro solicitou que “o Tribunal e seus juízes de primeira



Desembargadores do TRT do Paraná durante leitura da ata correicional em 2 de outubro

e segunda instâncias concentrem esforços na diminuição do elevado número de processos em execução na Região, com a utilização, inclusive, de todos os convênios disponíveis” (Bacenjud, Renajud, OAB-PR, Detran e outros). Também orientou que o Tribunal continue o processo de uniformização da jurisprudência. Segundo o ministro, “a uniformização traz tranquilidade ao jurisdicionado para saber como o Tribunal pensa”.

■RAIO-X DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO PARANÁ

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região tem sede em Curitiba e jurisdição em todo o Estado do Paraná. É composto de 28 desembargadores.

Abrange todos os 399 municípios do Estado por meio de suas 86 Varas do Trabalho, sendo 23 em Curitiba e 63 no interior.

Atuam nas varas do trabalho 169 juízes, com a proporção de um juiz para cada 62.129 habitantes. A relação é a 16ª maior do País, que tem a média de um juiz para



Desembargadores do TRT do Paraná durante leitura da ata correicional em 2 de outubro

cada 67.589 habitantes.

Segundo dados apresentados na ata de correição, o Tribunal recebeu em 2008 um total de 43.955 processos e solucionou 45.355, reduzindo desta forma o resíduo processual em 17%.

A média mensal de processos distribuídos por juiz no segundo grau da Justiça

do Trabalho do Paraná é de 152, enquanto que a média brasileira é de 136. Quanto aos processos julgados, a média dos juízes paranaenses é de 151 e, a do Brasil, de 132.

Nas varas do trabalho do Estado, foram recebidas, até agosto deste ano, 81.162 novas ações. Ao longo de 2008, foram 102.909 novos processos.■



Os desembargadores Rosemarie Diedrichs Pimpão e Arion Mazurkevic e outros 15 servidores com 25 anos de atividade na Justiça do Trabalho do Paraná participaram de registro fotográfico com o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, corregedor-geral da Justiça do Trabalho. Também estiveram presentes, a presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, desembargadora Rosalie Michaelle Bacila Batista, e o decano do TRT-PR, desembargador Tobias de Macedo Filho.

Livro sobre discriminação sexual nos contratos de trabalho

A juíza do trabalho Vanessa Karam de Chueiri Sanches lançou, em 24 de setembro, o livro *Discriminação por Orientação Sexual no Contrato de Trabalho*. A obra é fruto de dissertação de mestrado defendida pela autora em abril de 2006, na PUC Paraná. “Embora não seja novo, o problema da discriminação em face das minorias sexuais é um tema bastante polêmico e instigante. Entretanto, o enfrentamento desta questão pelos diversos segmentos sociais ainda é bastante tímido, seja pela carga preconceituosa que carrega, seja pela dificuldade que as pessoas têm de assumir perante terceiros suas opções sexuais e, desta forma, se imporem como sujeitos de direitos”, explica a autora.

■Jussara Elisa

TRT-PR realiza primeira sessão por videoconferência no interior do Paraná

Flaviane Galafassi

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região realizou, na manhã de 24 de setembro, sua primeira sessão por videoconferência. A ação faz parte do processo de interiorização do Tribunal, que estuda formas de estar mais próximo da população, desenvolvendo atividades também no interior do Estado e não somente na capital, onde é sediado.

A sessão realizada envolveu a 4ª Turma do TRT-PR e ocorreu, simultaneamente, em Londrina e Curitiba, com desembargadores nas duas cidades, e mediante a participação de advogados que efetivaram sustentação oral, sem a necessidade de deslocamento até Curitiba. Em razão de problemas na rede elétrica no Centro de Londrina, ocasionados pelo mau tempo, a sessão, prevista para ocorrer na tarde do dia 23, foi transferida para a manhã do dia 24.

“Esta sessão da 4ª Turma é um marco histórico para o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. Vivemos a era da informação, do salto tecnológico das telecomunicações. A videoconferência, ferramenta extraordinária para o ensino à distância, entra também no rol das facilidades que teremos todos - magistrados, advogados e procuradores -, no cumprimento mais rápido e econômico de nossas atividades”, lembrou a presidente do TRT-PR, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, durante discurso de abertura da sessão, em Curitiba.

De acordo com o presidente da Comissão de Informática do TRT-PR, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, integrante da 4ª Turma, a primeira sessão por videoconferência atendeu às expecta-



Sessão da 4ª Turma de Desembargadores do dia 24 de setembro, por videoconferência

tivas e deu início a processo de discussão na Justiça do Trabalho. “O próximo passo é realizar audiências públicas em várias cidades-polo do Estado, para ouvir da comunidade, OAB e Ministério Público, qual o modelo mais adequado de interiorização, se por videoconferências, instalação de câmaras no interior ou ainda outro modelo que possa ser sugerido”, enfatizou o desembargador.

Segundo informou o magistrado Sérgio Lemos, a procura pela sustentação oral dobrou, com a realização da videoconferência em Londrina. Foram 40 processos julgados e 15 advogados inscritos para sustentar. “Isso demonstra a demanda reprimida que temos e a necessidade do Tribunal no interior”, explicou.

O presidente da 4ª Turma, desembargador Arnor Lima Neto, lembrou que o processo de interiorização da Justiça está previsto no artigo 115 da Constituição Federal. “A Emenda 45 traz a possibilidade

de interiorização dos serviços judiciários e a Justiça do Trabalho do Paraná dá o primeiro passo para esse cumprimento. Hoje, com o desenvolvimento tecnológico que temos, é possível realizar esse trabalho sem nenhum custo e com eficiência”, enfatizou. ■



Advogada em Londrina durante sustentação oral

Palestra: atuação em situações de emergência

No dia 25 de setembro, o Serviço de Desenvolvimento e Benefícios (SRH) organizou palestra sobre atuação em situações de emergência. O inspetor Renato Alves de Lima, da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, falou sobre o que deve ser feito na eventualidade de um início de incêndio ou suspeita de bomba nos locais de trabalho e apresentou as diferenças entre os extintores à base de água, de CO2 e de pó químico, e como utilizá-los. Também expôs o trabalho realizado por equipes da Brigada Civil de Emergência. ■ Jussara Elisa



Formação inicial de magistrados em processo de vitaliciamento

Jussara Elisa

Foram realizadas, em 10, 11 e 24 de setembro, palestras do programa de formação inicial dos magistrados em processo de vitaliciamento, disposto no Art. 3º, § 2º, da Resolução nº 1/2008 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, na Escola Judicial do TRT do Paraná, em Curitiba.

No dia 10, as professoras Cláudia Salles Vilela Vianna e Regiane Binbara Esturilio falaram sobre Direito Previdenciário e Tributário. Na manhã do dia seguinte, houve colóquio sobre mediação com o juiz do trabalho Daniel Roberto de Oliveira, coordenador do Juízo Auxiliar de Conciliação de 1º Grau e responsável pela Meta 2 da Semana de Conciliação; o juiz de direito Ruy Alves Henrique Filho, supervisor dos Juizados Especiais Cível e Criminal de Piraquara; e o advogado Hélio Gomes



Juizes Ruy Henrique Filho (Estadual) e Daniel de Oliveira (Justiça do Trabalho) e o advogado Hélio Coelho Filho

Coelho Filho. O evento dessa manhã foi obrigatório para os vitaliciandos e aberto aos demais magistrados do trabalho e advogados, visando à preparação dos profissionais para a Semana Nacional de Conciliação - Meta 2 do CNJ (matéria sobre o assunto na página 3).

À tarde, o desembargador Dirceu Buyz Pinto Junior, conselheiro da EJ do TRT da 9ª Região, abordou "Tópicos avançados de jornada de trabalho e cálculo trabalhista". No dia 24, a palestrante Judith Euchares Ricardo de Albuquerque abordou o tema "O Juiz no mundo contemporâneo". ■

3ª etapa do projeto científico da EJ e Ematra

Jussara Elisa

A Escola Judicial do TRT do Paraná e a Escola da Magistratura da Amatra-IX promoveram, em 25 de setembro, a quarta etapa do projeto científico "Criando um ambiente de trabalho propício para as presentes e futuras gerações". O desembargador do TRT-PR Ricardo Tadeu Marques da Fonseca e os juizes Vanessa Karam de Chueiri Sanches e Amaury Haruo Mori participaram do painel de debates sobre o tema "As relações interpessoais no ambiente de trabalho e a saúde mental do trabalhador". O evento foi aberto a magistrados e servidores. As palestras também fizeram parte do programa de formação inicial dos magistrados em processo de vitaliciamento. ■



Magistrados Vanessa Sanches, Altino dos Santos, Carlos Conte e Amaury Mori

Escola Judicial e Ematra participam do Movimento Cornélio Solidária

Estão sendo organizadas pela Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, com o apoio da Escola Judicial e Ematra IX, palestras dos magistrados Jorge Luiz Souto Maior (titular da 3ª VT de Jundiá-SP) e José Eduardo de Resende Chaves Júnior (titular da 21ª VT de Belo Horizonte-MG), sobre "Os novos rumos do Direito e Processo do Trabalho". O evento será em 16 de outubro, a partir das 19 horas, na Avenida Minas Gerais, 1.505 (Kai-Kan), em Cornélio Procópio. Tendo em vista que as vagas são limitadas, a inscrição deve ser efetuada pela intranet do TRT-PR, até 9 de outubro. A entrada é gratuita, porém é sugerida a doação de cesta básica para o "Movimento Cornélio Solidária". ■

Jussara Elisa

Correição em varas do interior

Flaviane Galafassi

A 10ª Vara de Curitiba, as cinco VTs de Maringá e a 3ª Vara de São José dos Pinhais passarão por correição neste mês de outubro. Em Curitiba, o corregedor regional, desembargador Ney

José de Freitas, fará correição nos dias 5 e 6, estando à disposição da comunidade no dia 6, das 16h30 às 17h30. Em Maringá, a correição ocorrerá nos dias 13 e 14 na 1ª VT e nos dias 14 e 15, na 2ª, sendo a audiência pública realizada no dia 16, das 14h às 15h.

Nas 3ª, 4ª e 5ª VTs de Maringá, a correição ocorrerá em 16 e de 19 a 22 de outubro, com audiência pública no dia 22, das 16h às 17h30. Na 3ª VT de São José dos Pinhais, correição nos dias 28 e 29 e audiência pública das 16h às 17h do dia 29. ■

Justiça do Trabalho desenvolve sistema que vai acelerar julgamento dos processos

Flaviane Galafassi

Está em desenvolvimento pela Justiça do Trabalho um programa que vai permitir maior agilidade no julgamento dos processos, tanto de Primeiro quanto de Segundo Grau. Trata-se do e-Julg, sistema eletrônico que permite a elaboração das decisões judiciais baseada em transferência de dados fixos, com o auxílio de informações adquiridas pelo histórico de decisões anteriores. "Além de permitir a elaboração das sentenças e votos de forma rápida, uma vez que não há necessidade de digitar todas as informações repetidas vezes, o programa também permite pesquisa a decisões anteriores do próprio magistrado, sua Turma, ou decisões de tribunais superiores, garantindo uma decisão menos sujeita a mudanças", explica o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná Ubirajara Carlos Mendes.

Ele coordena o grupo formado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para o desenvolvimento do e-Julg, que está baseado em um programa existente no TRT do Paraná há 4 anos: o e-Gab. Após desenvolvido, o programa será aplicado, inicialmente, nos TRTs da 4ª, 10ª e 9ª Regiões (Rio Grande do Sul, Brasília e Paraná) e Tribunal Superior do Trabalho, para então ser expandido a outros regionais. O prazo de implantação é julho do próximo ano.

Conforme explica o desembargador Ubirajara Mendes, desde que foi implantado o e-Gab no TRT-PR, as decisões do Segundo Grau tornaram-se mais rápidas, pois o sistema, além de auxiliar na elaboração dos votos dos processos, também permitiu organizar a distribuição desse material. "Com o e-Gab foi possível criar

uma organização nos gabinetes, permitindo aos desembargadores conhecerem o andamento de cada processo, controlar os prazos e administrar seus processos com muita agilidade", informa.

O sistema permite ainda maior visibilidade da sessão de julgamento e facilita a solução de divergências.

Para o desembargador, a possibilidade de ter uma ferramenta que auxilia os juízes na elaboração das sentenças e acórdãos, permitindo a transferência de dados fixos utilizados em uma decisão, como nomes das partes, dos advogados, histórico do processo, libera a equipe para estudos e reflexões sobre matérias mais complexas, como as de Direito. "Precisamos usar a tecnologia a favor de um serviço mais célere e com maior qualidade, otimizar o tempo e usar o quadro de pessoal para outras necessidades, permitindo ao Judiciário acompanhar as novas demandas da sociedade", finaliza o desembargador Ubirajara Mendes.

■ AVANÇO

O que diferencia o e-Gab, já em funcionamento no Segundo Grau da Justiça do Trabalho do Paraná, do e-Julg, em desenvolvimento:

1- Programa: enquanto o e-Gab foi desenvolvido na linguagem ASP, o e-Julg está sendo desenvolvido em plataforma Java, adaptável aos sistemas de todos os tribunais.
2- Módulo de pesquisa: graças ao início do funcionamento das Tabelas

Processuais Unificadas, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir deste ano todos os registros dos processos são padronizados. Com uma mesma nomenclatura para cada tipo de assunto, é possível criar uma base única de pesquisa. Isso permite que as consultas pelo e-Julg sejam feitas por nome, número e tema.

■ REUNIÕES AUXILIAM NO DESENVOLVIMENTO DO E-JULG

Para discutir melhorias no programa de implantação do e-Julg, estão sendo realizadas várias reuniões no TRT-PR com magistrados e servidores de gabinetes, das secretarias de Turma, da secretaria do Tribunal Pleno e das varas do trabalho. A primeira reunião aconteceu no dia 18 de setembro e novas ocorrerão todas as sextas-feiras, das 10h às 12h, até a conclusão das atividades relativas ao projeto lógico, fase prevista para terminar em novembro. Nesta fase serão definidas as regras de negócio, roteiro de testes e protótipos de telas do sistema. ■



Desembargador Ubirajara Carlos Mendes durante reunião sobre o e-Julg

Conciliação em União da Vitória

Flaviane Galafassi

A Vara do Trabalho de União da Vitória realizou, em setembro, um "pautão" de audiências de conciliação, que resultou em acordo em todos os processos. Em quatro dias, inclusive no sábado (21), a juíza Cláudia Mara Pereira Gioppo realizou 100 audiências

com mais de 100 trabalhadores de uma mesma empresa (fazenda produtora de frutas), que ficaram sem receber as verbas rescisórias e outras parcelas trabalhistas após paralisação das atividades da empresa.

Para facilitar as negociações, a União participou das audiências, com a pre-

sença da procuradora federal Cassiane Ferrari Lucaski, defendendo os interesses da União sobre contribuição previdenciária. Com as negociações, serão pagos R\$ 3,1 milhões aos trabalhadores, além do recolhimento de R\$ 376 mil ao INSS e R\$ 534 mil à Receita Federal (imposto de renda). ■

Desembargadora Rosemarie Pimpão é condecorada em Alagoas

Jussara Elisa

Em 8 de setembro, a desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, diretora da Escola Judicial do TRT-PR, foi agraciada, em Maceió, com a comenda da Ordem do Mérito "Ministro Silvério Fernandes de Araújo Jorge", no grau Grã-Cruz. Outorgada anualmente pelo TRT da 19ª Região (Alagoas), a honraria visa a homenagear personalidades que se destacam no âmbito da Justiça e do Direito do Trabalho. Na foto, a desembargadora está ladeada pelo ministro do TST Horácio de Sena Pires e esposa; pelo desembargador Alexandre de Souza Agra Belmonte, presidente do TRT da 1ª Região, e esposa; e pela desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, presidente do TRT da 6ª Região. ■



Presidente Rosalie Batista receberá comenda

No dia 5 de outubro, a presidente do TRT do Paraná, desembargadora Rosalie Michaela Bacila Batista, participará de cerimônia no TRT da 24ª Região (MS), quando será agraciada com a Grã-Cruz da Ordem Guaicurus do Mérito Judiciário. A indicação da presidente do TRT do Paraná, feita pelo desembargador Amaury Rodrigues Pinto Júnior, também teve aceitação unânime pelo Conselho daquele Tribunal. ■ Jussara Elisa

Desembargador Edmilson será cidadão benemérito de Jacarezinho

O desembargador Edmilson Antonio de Lima receberá, em 23 de outubro, o título de Cidadão Benemérito do Município de Jacarezinho (Norte do Estado). A solenidade será no Plenário da Câmara Municipal de Jacarezinho (R. Cel. Baptista, 335 - 1º andar - centro), às 20 horas. ■ Jussara Elisa

Assembleia Legislativa homenageia desembargador Ricardo Tadeu

O desembargador do TRT-PR Ricardo Tadeu Marques da Fonseca será homenageado, às 10 horas do dia 5 de novembro, na Assembleia Legislativa do Paraná. O magistrado receberá Menção Honrosa proposta pelo deputado estadual Alexandre Curi. A entrega será no Plenário daquela Casa Legislativa. ■ Jussara Elisa



Ginástica laboral: uma atividade saudável

Flaviane Galafassi

A ginástica laboral começou a ser aplicada em todas as unidades da Justiça do Trabalho do Paraná há três meses e quem a faz começa a sentir diferença no trabalho. "A principal diferença, a meu ver, reside na quebra momentânea da concentração no trabalho em razão do relaxamento, o que é importante para a mente", explica o assessor-assistente de gabinete Alexandre Hungria De Camargo. Ele é frequentador assíduo da ginástica e a considera importante, mesmo praticando atividades físicas fora do trabalho.

O servidor Rafael Bernardes Rosseto trabalha na informática e a concentração

no computador exige minutos de relaxamento, que ele aproveita bem na ginástica laboral. "Ela é válida como exercício, mas também para relaxar", diz, lembrando que a prática não deve ser a única atividade física das pessoas para uma vida saudável. De acordo com a fisioterapeuta do TRT-PR, Ivanete Santos, a pausa para a ginástica laboral é importante para evitar os vícios na postura, principalmente na posição sentada, que podem provocar distúrbios osteomusculares e tensões. "Essa pausa, mesmo sendo de 15 minutos, permite tirar o corpo do posicionamento estático para o de movimento, o que auxilia na postura saudável. Além disso, o alongamento

relaxa a musculatura e proporciona sensação de bem estar para o reinício do trabalho", explica.

A atividade, realizada três vezes por semana nas unidades do TRT-PR, é custeada pela Caixa Econômica Federal, que acreditou na iniciativa da administração do Tribunal. Adriano Resende, gerente regional da Caixa, esclarece que a instituição bancária apoia a ação por entender que "o investimento, que objetiva melhor qualidade de vida e saúde dos magistrados e servidores, resultará também em benefícios para a sociedade, com a consequente melhoria na qualidade dos serviços prestados". ■

Encontros de saúde começam em outubro

Jussara Elisa

Tem início, em outubro, a terceira edição dos Encontros Regionalizados de Saúde - Saúde & Estilo de Vida, promovidos pelo SEDESB (SRH). Em Londrina, será em 15 e 16 de outubro; e em Maringá, nos dias 22 e 23. Na cidade de Cascavel,

o encontro será em 5 e 6 de novembro. Estão previstas oficinas e palestras abordando temas como saúde e longevidade, espiritualidade nas organizações, comunicação assertiva e feedback, felicidade, ética e meio ambiente.

O evento está sendo patrocinado

pela Caixa Econômica Federal. Segundo Adriano Borges Resende, gerente regional para o Poder Judiciário da Superintendência Curitiba da Caixa, o apoio da instituição bancária aos encontros deve-se à preocupação com a saúde física e emocional de magistrados e servidores. ■

Campanha de doação de livros infanto-juvenis

Jussara Elisa

A Comissão de Responsabilidade Social está realizando, de 10 de setembro a 7 de outubro, a Campanha do Dia da Criança, visando à arrecadação de livros infanto-juvenis, novos ou usados. Neste ano, a campanha será direcionada para as creches Reino Encantado e Cantinho do Céu (Almirante Tamandaré) e para o PE-TI-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Almirante Tamandaré). As doações podem ser entregues na Comissão

de Responsabilidade Social - 1º andar do prédio 147, em Curitiba. Outras informações: responsabilidadesocial@trt9.jus.br. Em Londrina, os membros da Comissão de Responsabilidade Social promoveram, em 3 de outubro, uma tarde festiva, alusiva ao Dia das Crianças, com a distribuição de lanches, refrigerantes, brincadeiras e presentes destinados às crianças que participam do Projeto Futebol Cidadão, do Conjunto União da Vitória. As doações foram arrecadadas pela comissão. ■



A juíza Sandra Cembraneli Correia e a servidora Maria Tereza Deguchi, da CRS de Londrina

Grupo Vocal Sinjutra participa de festival internacional

Os servidores integrantes do Grupo Vocal Sinjutra participaram do Festival Internacional de Corais - FIC 2009, de 25 a 27 de setembro 2009, na cidade de Belo Horizonte (MG). Nesta edição do FIC-2009, Minas Gerais homenageou o legado do compositor e maestro brasileiro Heitor Villa Lobos. A cidade de Belo Horizonte recebeu mais de 100 coros de diversas regiões do Brasil, da Colômbia e da Venezuela. O Grupo Vocal do Sinjutra apresentou variado repertório, além de canções da obra de Villa Lobos.

■ Jussara Elisa